

visivos, que viram na divulgação das «revelações», das «novidades», uma forma de atrair audiências, embora contra-bandeando a história como mercadoria e como moda.

Teria sido bem mais interessante se fosse a história a retomar e a reformular, numa perspectiva científica, esse passado próximo. Não se trata de fazer a sua asepticização promovendo uma pseudo-neutralidade geradora da indiferença e do conformismo. Mas também não se pode continuar a deixar o campo aberto à emocionalidade pura, aos ressentimentos retrospectivos de variadas etiologias. Creio que é tempo de dar a devida espessura histórica ao acontecimento, situando o 25 de Abril no contexto da ditadura salazarista-marcelista, bem como numa perspectiva mais vasta de que participa a situação económica e política internacional e o próprio quadro das mentalidades (incluindo, por exemplo, o peso dominante, que nos parece hoje quase inverosímil e anacrónico, dos problemas políticos e ideológicos, nomeadamente a ideia mítica de revolução).

Paralelamente, cabe à escola digirir essa informação, tornando-a acessível aos vários graus de ensino da História, de forma a lutar contra o pior dos males, o do esquecimento. Parece-me por isso fundamental, pela sua importância formativa, que, em todos os níveis de ensino, se valorize o estudo da contemporaneidade e é para mim surpreendente, quando não provém de sectores ultramontanos, que se aponte como um dos defeitos actuais do ensino não universitário da História aquilo que se classifica como «presentismo». A existir, ele é, creio eu, um dos seus mais virtuosos «defeitos».

Quanto à aprendizagem do 25 de Abril, por maioria de razão, é imprescindível que a Escola não abandone essa função exclusivamente na mão de terceiros, como tem feito até aqui. Embora, pela sua estrutura diacrónica, os programas remetam o tratamento dos tempos mais recentes para os limites do ano escolar, uma altura em que a sua leccionação pode ser duvidosa, é sempre possível, sobretudo nos programas organizados por temas, plani-

ficar a matéria de modo a privilegiar os aspectos que se considera deverem ser valorizados. Trata-se igualmente de uma área de estudo particularmente propícia para actividades autónomas dos alunos, individualmente ou em grupo, nomeadamente no âmbito de trabalhos de projecto. Além disso, cabe também aos professores de História fazer com que, em realizações de carácter multidisciplinar, quer na área-escola, quer em actividades circum-escolares, não seja preterida a nossa contemporaneidade. Esses cuidados são uma obrigação pedagógica e, sobretudo, uma obrigação cívica. Para que os nossos alunos não pensem, como talvez lhes tenha acontecido ao longo das «comemorações» deste ano, que o 25 de Abril foi o produto do acaso ou, pior ainda, um acto de perversidade de um bando de frustrados e de traidores. ▼

Notas:

(*) Versão reescrita da comunicação «O 25 de Abril nos programas de História do ensino não universitário», apresentada ao colóquio «25 de Abril de 1974: de que passado para que futuro?» — organizado em Coimbra, no dia 20 de Abril de 1994, pelas revistas *Vértice* e *O Professor*, e pelos sindicatos dos Professores da Região Centro, Ateneu de Coimbra e União dos Sindicatos de Coimbra.

(¹) Em termos de fontes, embora falte o material de arquivo (em Portugal, então, um autêntico tabu), pode dispor-se de outras fontes específicas, de que os instrumentos privilegiados são, como fica dito, os testemunhos orais e a imprensa, seja escrita ou audiovisual. Os dois tipos de fontes exigem alguma prudência no seu uso, mas podem ser excelentes exercícios para o desenvolvimento do espírito crítico. Ambos colocam a questão da veracidade e a da distinção entre o acessório e o essencial e, em relação ao testemunho oral, há que contar ainda com a fragilidade e constante reelaboração da memória, sendo necessário confrontar cada testemunho com outros testemunhos ou com outras fontes.

A história contada às crianças. Duas versões contraditórias do herói fundador português

1. Introdução

É certamente indesmentível que a velha arte de contar histórias constitui uma necessidade humana, um estímulo à fantasia e ao sonho, mas também um articulador de experiências e valores sociais e um mapa aberto de sentidos sobre o mundo. Assim, na modernidade, as comunidades e governos nacionais encontraram precisamente nessa apetência narrativa um poderoso veículo ideológico de socialização das camadas jovens. No fundo, ela pode configurar e inculcar a *casa imaginária da Pátria* onde se acolhem os motivos, ícones e mitos colectivos que participam nas construções renovadas da identidade nacional.

Marginalizada, até agora, no polissistema literário, a literatura infanto-juvenil é, contudo, um facto semiótico privilegiado por estar em conjugação dialéctica com os discursos institucionais e conservadores da escola e da família e, por vezes mesmo, com as auto-representações das nações e dos seus grupos sociais. A canonização prolongada da narrativa histórica para crianças confirma, ainda mais, esta vocação didáctica do passado e o seu contributo para o constructo que é a cultura nacional.

Entre os instrumentos mais integrativos e coesivos de uma cultura, encontra-se justamente a galeria de heróis e, em especial, o herói fundador. Como modelo ideal de actos maiores, ele projecta a comunidade que o elege num tempo primordial, fora da ameaça dispersiva

do tempo histórico. Trata-se, aliás, de um tema recente para os estudos historiográficos que já não podem negligenciar as experiências mitificadas das sociedades e a importância do imaginário colectivo.

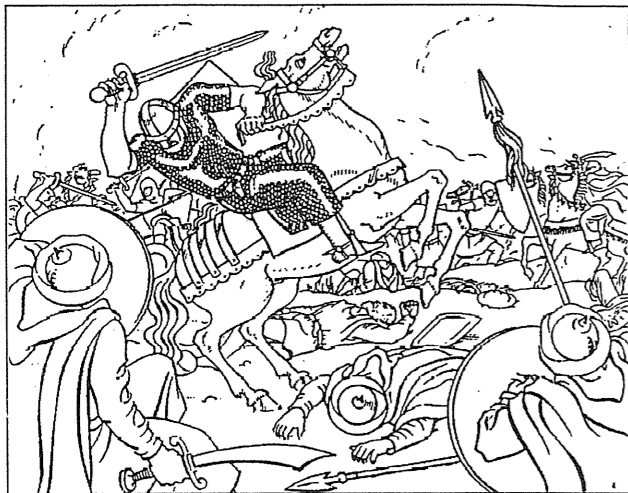
No universo português, o paradigma heróico da fundação é encarnado pelo nosso primeiro rei, Afonso Henriques (1109-1185), herói de uma narrativa canónica de coragem e ideal nacional-cristão (¹) que foi explorado desde a tradição historiográfica da Idade Média até à literatura e ao ensaio contemporâneos. Esse arquétipo eufórico tem sustentado, desde há muito, os discursos sobre a pátria portuguesa, entre a exaltação triunfalista e a nostalgia decadentista. Por isso, também a narrativa histórica destinada às crianças, que ganhou projecção sobretudo desde o início do século XX (Torgal, 1989: 200), insiste nos gestos exemplares do referido monarca: a reconquista do território ao *infiel* e a criação da bandeira real, do escudo nacional e dos *lugares de memória* (²), definidos como berço do País.

Ora, se uma cultura é «a memória não hereditária da comunidade» (Lotman e Uspensky, 1978: 213), um magma dinâmico de ferramentas polivalentes, sujeitas às necessidades conjunturais da colectividade, os períodos de crise social evidenciam, com maior insistência, o esforço contraditório dos seus membros para preservar e/ou rever essa mesma memória e, com ela, a *verdade* do presente e do projecto futuro.

Dáí o interesse em analisar o tópico do rei fundador português em duas narrativas históricas, destinadas

a um público infantil e em circulação após 1974. São elas: *A espada do rei Afonso* (1981), de Alice Vieira, e a sexta edição revista de *Historiazinha de Portugal* (1983), de Adolfo Simões Müller (³). Descendente natural dos ideais do 25 de Abril, a obra de Alice Vieira propõe a reconstrução ficcional do século XII e a descoberta dessacralizada das raízes portuguesas. Simões Müller, em contrapartida, apresenta o painel glorioso da nossa *missão histórica*, cujo primeiro quadro se desenvolve em torno da gesta de Afonso Henriques. Sendo a primeira (e única) reedição depois de 1974, a *Historiazinha de Portugal* de 1983 torna-se num corpo textual de *datação ideológica* difícil. Com efeito, o autor tenta adaptar o discurso nacionalista aos novos tempos, para fazer sobreviver o tipo de história-doutrina dos anos 40, momento da sua primeira edição.

Estas duas obras surgem no início da década de 80, que assinala, a um tempo, o *boom* editorial da literatura infanto-juvenil e o regresso problematizador à nossa história. Vive-se, nessa altura, a ressaca do império colonial e do projecto corporativo e nacionalista, propugnados pela ditadura de Salazar. É o tempo da democratização dos discursos sociais e da imaginística nacional de que resultam sensibilidades tensionais que a unanimidade totalitária abafava. O cânone da literatura infanto-juvenil enriqueceu-se e expandiu-se naturalmente sob o impacto da escola de massas, da liberalização dos agentes culturais e, claro, da descompressão das normas que a censura do Estado



Ilustr. 1 (Emmérico Nunes) *Historiazinha de Portugal*, 1943, p. 15

Novo impunha à narrativa histórica, reserva privilegiada do ensino moralista e fortemente ideológico.

A escolha das duas obras ilustra, nessa conformidade, a diversificação das representações históricas de Portugal que não se reduzem ao presente binómio e participam num leque matizado de discursos e pontos de vista não considerados neste trabalho. No entanto, as duas *amostras* sintetizam por si duas versões-chave do herói fundador e, como tal, duas legitimações antagónicas do nosso passado e identidade nacionais.

Não obstante as inúmeras diferenças formais das narrativas, propomo-nos confrontar, na sua expressão retórica, a inscrição dos princípios ideológicos que orientam ora a opção romanesca-cómica de Alice Vieira, ora a evocação épica e moralista de Simões Müller. Eis, em suma, duas simultaneidades literárias e ideológicas, na sincronia do pós-1974.

2. A espada do rei Afonso: uma história-aventura no tempo de Afonso Henriques

2.1 O herói-comunidade e o rei dessacralizado

Publicada entre dois prémios literários nacionais que Alice Vieira (n. 1943) recebeu em 1979 e 1983 (*). *A espada do rei Afonso* foi

obra vem mostrar, acima de tudo, que a autora respondeu às expectativas de um público diferente, enquadrado por novas circunstâncias de leitura. E este pequeno romance pôs em prática uma reviravolta na narrativa histórica para crianças, ao abandonar o modelo de perfeição em favor da aventura no tempo e do apelo à descoberta divertida da terra e das origens do nosso país.

«Não se assustem: não se trata de um compêndio de História de Portugal, antes de um livro divertido, um livro de aventuras de três irmãos que, por artes e malasartes do destino, se vêem transportados centenas de anos atrás, caindo em cheio na cidade de Al-Usbuna, recém-conquistada aos mouros.»

Assim nos diz a autora, na contra-capta do livro, contrariando, já aí, a tradição de uma história solene que estimula a veneração pomposa da fundação e dos seus heróis intocáveis. Se considerarmos a data de publicação, esta narrativa afasta-se das *histórias* do período salazarista em que se impunha as obras paraescolares — e obviamente aos manuais escolares (Bívar, 1975) — uma abordagem apologetica do passado com diversos «episódios edificantes», «procurando [...] o que é de natureza a unir os Portugueses e não a dividi-los» (*). Alice Vieira participa num contra-discurso, vitorioso depois do 25 de Abril, que recusa a história como *rosário de feitos titânicos*, elevados à categoria de modelo para o carácter infantil e de arma glorificadora do

poder político e do seu projecto de um império cristão. Recusa, ao fim e ao cabo, a atitude nostálgica dos descendentes da aventura messiânica portuguesa que o patriarca fundador teria anunciado, há oito séculos.

O traço distintivo de *A espada do rei Afonso* situa-se na destruição da distância épica e na familiarização cómica com as personagens históricas e anónimas do século XII, conhecidas pela aventura no tempo. Na verdade, à semelhança do romance histórico contemporâneo, questionam-se as lacunas do passado, contado pelos historiadores tradicionais, e desvelam-se os segredos de um espectáculo visto dos bastidores. Nesse sentido, podemos dizer que Alice Vieira faz antes, com esta obra, a orientação irónica e anti-heróica da *História do cerco de Lisboa* (1989), em que José Saramago explora o mesmo tema histórico.

A configuração discursiva de *A espada do rei Afonso* resulta da proeminência e vivacidade enunciativas da narradora, dirigidas aos narratários que são identificados, desde o capítulo 1, como seus «amigos» e que antecipam o leitor virtual do texto. A comunicação oralizada e descontraída da narradora interrompe, não raro, a intriga (sobretudo na abertura dos capítulos), estratégia tanto mais sedutora quanto veicula comentários bem humorados acerca da diegese e da própria enunciação, dos *clichés* e da «mania» de intrusão pela qual apresenta ainda mais a narração:

«É evidente que se tratava mesmo de D. Afonso Henriques mas, como já há pouco lhes disse, os três irmãos estavam ainda na perfeita ignorância do que lhes tinha sucedido, ou seja, terem de repente sido transportados milhares de anos atrás, ora deixem-me fazer as contas, é só um momento, [...], exactamente 834 anos para trás. [...] Bom, mas acho que já falei muito. Nunca mais perco este horrível hábito de me meter em histórias alheias. *Desculpem*, mais uma vez.» (p. 20) (itálicos nossos).

A narradora heterodiegética, contemporânea dos narratários e dos três irmãos, acompanha a aventura no tempo da reconquista de Lisboa aos mouros, em 1147, e no espaço físico

do Castelo de S. Jorge. Ela destrói a fronteira com o passado que não se cinge a feitos extraordinários, como as batalhas e é, pelo contrário, um lugar de experiência para as crianças-*viajantes*, enquanto o quotidiano da cidade pilhada, recém-conquistada, confere à era medieval uma nota de actualidade dinâmica com que se anima uma comunidade heterogénea. O rei e a nobreza não são, por isso, mais do que indivíduos relacionais que coabitam com uma nova galeria de heróis, a massa anónima que a ficção agora inventa.

Ao longo de 33 capítulos, impeira o herói-comunidade, cuja variedade é sublinhada por alguns tipos sociais pertencentes, na maioria, ao partido cristão-vencedor. Todavia, a narração dá-lhes uma textura humana e escuta as suas vozes e pontos de vista divergentes, mediante a mobilidade da focalização interna. Algumas delas são vozes marginais, desde sempre rasuradas dos relatos históricos: a voz do peão, da criança e do mouro.

No fundo, esta narrativa ficcional procede à *romanização* da matéria histórica mitificada, processo rebaixante pelo qual Bakhtine descreve a evolução histórica do género romanesco a partir da epopeia. O que está em causa é a transformação das coordenadas temporais de representação do passado e a apropriação, no romance, do «style tridimensionnel relaté à la conscience plurilingue qui se réalise en lui» (Bakhtine, 1978: 448). Os primeiros exemplos que apresentaremos são intervenções apropriadas pela narradora que alternam com a animação do diálogo e constituem, mais exactamente, *monólogos narrativizados* (cf. Cohn, 1981: 121-164) pelos quais se reforça a individualidade social das personagens.

O humor intempestivo de Afonso Henriques leva os três irmãos às masmorras do castelo e a cena narrativa é, entretanto, ocupada pela voz do guarda, soldado raso que põe em causa a hierarquia cristã (mas não o rei propriamente dito), embrenhado que está na recordação dos bons combates e na limpeza da sua espada, ensanguentada por tantos mouros que trucidou:

«[...] era ele e centenas como ele, que davam o corpinho ao manifesto nas guerras, conquistas e fossados, mas depois as glórias, as riquezas, [...], eram para os nobres. Ele bem gostava de saber o que aconteceria um dia se ele, Martim Afonso, e todos os outros Martins Afonsos iguais a ele, se recusassem a participar nas guerras e as deixassem só ao cuidado dos grandes senhores. [...] O rei e meia dúzia deles metiam-se realmente ao barulho, mas os outros... Se um dia a língua se lhe desatasse, muito teria ele para contar. E se calhar para cúmulo, nem o cronicão do reino havia de se lembrar do seu nome para o escrever na história.» (p. 81).

No mesmo capítulo, a focalização centra-se em Sancha, pequena órfã de um guerreiro português que é associada à inocência dos jogos infantis e ao lirismo medieval. Esta personagem revela, sem dúvida, a outra face do passado, o sofrimento do inimigo e o universo feminino: «Lá por essas terras também deviam existir rapariguinhas da sua idade, e mulheres como a mãe, morta à sua nascença. Verem-se de repente com as terras queimadas e as casas roubadas, não devia ser muito agradável.» (p. 83).

A presença do *outro* não-cristão ganha espaço até porque a narradora chega a imitar o tom encantatório da poesia árabe e exprime a nostalgia desse povo massacrado de que Portugal é herdeiro. Lembremos apenas a evocação da lenda da moura governadora de uma cidade do sul, a que depois deu nome — Moura —, e que se suicidou para não a ver submetida aos cristãos. Ou então, o fascínio por todos aqueles «mouros em suas ruas estreitas de casas brancas e baixas, as suas fontes de águas claras e milagreiras, o perfume das flores que dizem existir» (p. 107).

A variedade de figuras sociais, entre as quais se incluem indivíduos pouco ortodoxos do lado cristão, como o célebre salteador Geraldo, «o Sem Pavor», não implica uma confrontação dialógica plena a nível discursivo, o que poderia perturbar a leitura infantil. As personagens não falam em galaico-português mas num registo anacrónico e coloquial

do português. Contam-se poucos índices de *antiguidade linguística*, com excepção de algum vocabulário arcaico («fossado» ou «morabítimo»), da construção, hoje em desuso, da 2.ª pessoa do plural, «vós», e do contraste linguístico da toponímia, veiculando uma informação etimológica, presente na p. 135: «conquistar o Al-Faghar (o Algarve diríamos nós) aos mouros».

Perante este mosaico social que ultrapassa o modelo estereotipado do cristão-masculino-adulto, como se compõe, afinal, a imagem do soberano português? Ele está profundamente ligado ao referente histórico, sobrecarregado pela informação cronológica, aos lugares e à transfiguração mítica que o tempo lhe atribuiu. Só que a figura histórica não perturba o universo fictivo, entra nele e submete-se às regras da verosimilhança, como em todo o romance histórico. A integração implica a invenção de um retrato humanizado de Afonso Henriques ao qual se juntam informações históricas, como as batalhas, referidas, sem grande ênfase, em diálogos ocasionais das personagens. A narradora insiste, isso sim, em pormenores quotidianos, na falta de higiene ou nas galinhas do castelo, chegando a exclamar numa das suas irrupções parentéticas: «(apesar de constantemente em guerra, que diabo, eles tinham que dormir nalgum sítio e não me consta que fosse nos intervalos das ameias)» (p. 68).

O rebaixamento humanizante do rei deriva, em suma, da pulverização de perspectivas e de discursos. No cap. 20, o diálogo do salteador Geraldo, «o Sem Pavor», com o moçárabe Moqueime e o chefe árabe Ibn-Cassi põe a nu a violência primária de Afonso Henriques, que resolve tudo pela lei da espada, e a aliança «desavergonhada» com o inimigo, factos que desconstroem o perfil coerente e convencional do cavaleiro cristão. Por outras palavras, como personagem romanesca, Afonso Henriques perde a exterioridade solar do guerreiro e desce até ao plano das contradições humanas e das situações cómicas, nada ajustadas à atitude hierática de um herói nacional. Basta lembrar as cenas da discussão com a rainha (cap. 26) ou do



Ilustração 2 (Teresa Dias Coelho) *A Espada do Rei Afonso*, 1981, p. 29

baile, onde o príncipe recém-nascido vomita e provoca uma autêntica batalha carnavalesca (cap. 11).

Logo a partir do título, que trata a personagem pelo seu primeiro nome, «Rei Afonso», e perante a dificuldade em ser reconhecido pelas três crianças, ele é «o tal que era tal qual Afonso Henriques com bigodes e tudo» (p. 17). O episódio inaugural da viagem até ao século XII (cap. 2) coincide mesmo com um discurso do rei aos seus cavaleiros, sem que consiga conter o burburinho e o riso da assistência. Segundo o bobo da corte, D. Bibas, o desassossego denuncia a «mania dos títulos» do rei que, na realidade, não conseguiu sê-lo legalmente senão em 1179, mediante bula papal.

O monarca assume, já o disse-mos, uma iniciativa discursiva moderna e coloquial (cf. a interjeição recorrente «catrâmbias!»), que acaba por reforçar a assunção franca dos interesses materiais da guerra santa: «[...] espalhar a fé, combater a moirama e, se possível, enriquecer o seu bocado, que isto de trabalhar de graça, por muita fé que se tenha, não agrada a ninguém, não é verdade, ó gentes?» (p. 26). Além disso, ele adquire uma espessura humana, graças ao riso jovial que «quase lhe ia rebentando com o elmo da armadura em que, evidentemente, andava sempre meti-

do» (p. 126). Tem prazer em escutar as histórias fantásticas dos irmãos «bárbaros» do século XX sobre os reis futuros, o Algarve dos turistas ou o regime democrático, com uma justiça e leis mais igualitárias.

É pois, natural que não se explore transcendente da espada real, merecendo só um comentário depreciativo sobre o seu peso descomunal, por parte de um dos irmãos. Todos estes qualificadores não impedem que Afonso Henriques surja como o símbolo (relativizado) do povo português em formação. Não é de estranhar também que o seu discurso seja colectivizante e consolide a consciência do grupo nacional. Ele próprio brada com vigor de chefe de um estado recém-nascido: «Isto é Portugal, que já foi de muitos povos, onde muitas raças se misturaram já mas que agora é dos Portugueses, quer o Papa queira quer não.» (p.126).

2.2 Viagem à Idade Média: uma comunicação compassiva e historicizada

Alice Vieira expôs, numa interessante entrevista sobre o conjunto da sua obra, então ainda reduzida, o projecto pessoal de ficção histórica prosseguido, logo em 1983, com *Este rei que eu escolhi*, onde desenvolveu

outro motivo capital da nossa história: a Revolução de 1383-85. Nessa entrevista, a escritora defende o respeito pela sagacidade dos leitores mais jovens de que resulta a recusa do simplismo e do medo das realidades mais complexas e amargas. Sem «nacionalismos balofos e patrioteíricas descabidas, é preciso dar raízes às nossas crianças», isto é, na nova era política e cultural do país, torna-se imperioso dar a conhecer às crianças os cantos da *casa portuguesa*, o território, o povo e a história. De onde se pode inferir que, para Alice Vieira, o passado não exclui, de modo algum, os heróis como o rei Afonso Henriques, que, de resto, continua a ser, até aos nossos dias, uma referência maior da memória colectiva portuguesa (6).

Em *A espada do rei Afonso*, o passado medieval é claramente uma invenção e uma projecção historicizada pelo presente de escrita, factos de que o anacronismo e as pequenas reflexões metafictivas se tornam prova incontestável. Para mais, o ponto de vista e a voz da narradora são invariavelmente explicitados, contextualizados e, portanto, reconhecidos como não-objectivos. Com a consciência da memória perdida, o mundo de Afonso Henriques é palco de uma revisita atenta a um tempo, o quotidiano, e a um herói, o povo anónimo, sobre os quais as crónicas jamais deixaram registo. Reside aí a legitimidade da ficção, tal como das dezenas de versões e invenções que os guias contam aos turistas, no Castelo de S. Jorge. Uma vez que o discurso da verdade absoluta perdeu cabimento, mesmo no âmbito historiográfico, a fictiva tem todo o direito de, aqui, cobrir as lacunas do conhecimento histórico, impostas pela perda de um referente com 834 anos.

De uma forma simples, a ficção transforma Lisboa num chão de camadas geológicas comunicantes onde é visível a erosão dos séculos que temporalizam o espaço. As palavras na narradora são mais do que esclarecedoras: «Mas o que eu gosto é de olhar para estas gentes, para estes sítios, e pensar no que o tempo lhes fez, sem que a gente se aperceba disso no nosso apressado dia-a-dia.» (p. 68). Já que o conceito de

historicidade integra conscientemente os factos e as personagens no seu espaço-tempo, o rebaixamento até ao quotidiano relativiza a fundação nacional e redu-la a uma sociedade policromática e a uma etapa histórica em que esta comunidade se reuniu em torno da ideia, ainda informe, de nação.

Assim, as três crianças-viajantes do tempo, Fernando, Mafalda e Vasco, vêem o que o tempo fez da sua cidade e as diferenças entre os dois momentos históricos. Observe-se, a este propósito, a crónica (adulterada pela narradora) do cruzado Osberno, no capítulo 6, que é o testemunho consciente de um tempo com a pulsão do futuro, própria da *cultura histórica* da modernidade (7):

«[...] fomos incendiando e saqueando tudo o que em redor ficava. [...] às vezes penso que também não está muito certo o que fazemos, e não fosse o temor que tenho da excomunhão do Papa, aqui diria que não sei exactamente porque razão se há-de chamar certa a uma religião só por ser a nossa, e errada a outra, só por ser de alheios. [...] Estes são os nossos tempos. Outros virão, decerto melhores, só que nós não os conhecemos.» (p. 36).

As palavras do cruzado, tal como a amizade de Sancha pelos irmãos «estrangeiros», demonstram uma abertura à diferença e aos valores humanistas e cosmopolitas, frontalmente contrários ao fanatismo que opõe os Cristãos aos Árabes ou os Portugueses do século XII aos do século XX. A aventura das crianças e a comunicação cúmplice da narradora com os seus «amigos» sugerem, então, a via da integração não alienante do passado, numa modalidade híbrida de identificação com o herói: entre a simpatia humanizada e a admiração moderada, o jovem leitor não apreende a confirmação moralista de uma nação unida e atemporal com que John Stephens (1992: 202-240) caracteriza a maioria das ficções históricas para crianças.

Recordemos apenas que um dos jovens protagonistas do livro insiste, com orgulho, nas belezas da capital (sem que esconda, por exemplo, a poluição) e na adesão emotiva ao colectivo português a que pertence.

Nesse momento, ele confessa ao rei fundador:

«É como se tivéssemos chegado de um país completamente estranho, tendes razão. Mas somos tão portugueses como vós e podemos assegurar-vos que esta cidade vai ser das mais belas da Europa, vai estender-se muito para lá destas muralhas, o vosso nome vai ser glorificado para sempre, e nunca mais ninguém deixará que alguém vos tire o título de rei.» (p. 32).

3. *Historiazinha de Portugal: a evocação doutrinária do antepassado fundador*

3.1. Afonso Henriques, um herói épico

«Los sistemas literarios evolucionan de una manera muy especial, que se caracteriza por la continuidad de ciertos componentes, la desaparición de otros, el despertar de posibilidades olvidadas, la veloz irrupción de unas innovaciones, o el impacto retardado de otras.» (Guillén, 1978: 541).

A definição de Claudio Guillén sobre a evolução e a múltipla duração sincrónica num sistema literário — em conexão dialéctica com os sistemas social e cultural — é particularmente pertinente para nos elucidar sobre a posição do livro de Simões Müller no sistema literário dos princípios dos anos 80 e sobre as *fracturas ideológicas* dentro do texto propriamente dito. *A Historiazinha de Portugal* que nos interessa neste momento é uma edição revista e, portanto, um caso de sobrevivência depois da Revolução de 1974 que dificulta a contextualização precisa. No fundamental, as reformulações sucessivas da primeira edição, de 1943 (publicada pelo Secretariado da Propaganda Nacional, SPN), ajustaram sempre a obra a um modelo conservador e imperial da história portuguesa. E, por estranho que pareça, o modelo persiste em 1983, não obstante algumas actualizações e concessões.

Em termos socioculturais, a data

de 1983 integra *Historiazinha de Portugal* numa época de encruzilhada para o nosso país, dividido entre a recusa de um nacionalismo exacerbado (que sobrevive, apesar de tudo, entre os sectores mais conservadores da nossa sociedade) e a viragem para um *nacionalismo europeu*, bastante mitificado, e para os propósitos cosmopolitas. Deste modo, torna-se muito estimulante observar a resistência dos motivos obrigatórios do discurso historiográfico durante o salazarismo, o rei fundador e a Reconquista Cristã, e os seus efeitos na leitura, proposta por A. S. Müller, sobre o passado e a identidade cultural do País.

Adolfo Simões Müller (1909-1989) delinea, numa evocação histórica exaltada, 31 pequenos quadros seleccionados da história portuguesa, conforme o fio glorioso e eufórico dos eventos, desde a Reconquista Cristã, passando pelos Descobrimentos, até à travessia aérea do Atlântico Sul, em 1922. Dados os propósitos do nosso trabalho, elegemos apenas os cinco primeiros capítulos que narram a acção fundadora de Afonso Henriques e compõem a *certidão de nascimento* de Portugal. Esses capítulos, cujos títulos são, por ordem, «Portugal Menino» (cap. 1), «À cata de aventuras» (cap. 2), «O valor da palavra de honra» (cap. 3), «De cor e salteado» (cap. 4), «O amor da Terra» (cap. 5), representam o herói nacional através da metáfora do país-menino a aprender uma missão ucrónica no mundo e, ao mesmo tempo, através da eleição de um herói-sinédico, o primeiro rei de Portugal.

O relato histórico da *Historiazinha* assenta na interpeação constante aos interlocutores infantis de uma voz autoritária e sentenciosa que evoca as eras longínquas: «Hão-de ter ouvido chamar já ao Castelo de Guimarães o berço de Portugal. [...] entre as muralhas da velha fortaleza, nasceu o que viria a ser o nosso país» (p. 11). A citação confirma que os interlocutores narrativos partilham com o narrador o espaço físico português, porém o objecto último é reforçar os laços dos jovens leitores com um certo espaço imaginário da pátria. A vantagem do enunciador sobre os seus *discípulos* acentuar-se-

-ã, sobremaneira, quando no cap. 24, evoca o tempo de escola, «de bibe e de calção» (p. 127). A distância dos tempos da escola proporcionou-lhe um acréscimo de conhecimento sobre as *verdades* da nossa história.

Para ser mais eficaz, o narrador serve-se também da metáfora do berço e da personificação de um autêntico *Portugal dos Pequeninos* (8), configurado à medida das crianças: «Portugal pequenino teve um berço de granito com rendinhas de ameias» (pp. 11-12). Num passo posterior, a Reconquista é eufemizada, reduzida a um jogo de menino «traquinas «que» gostava de se encarrapitar na Torre de Menagem do seu Castelo e [...] ouvir os velhos cavaleiros da sua roda falar de vilas e terras distantes. [...] E um dia o moço país deixou o seu berço e lá partiu à cata de aventuras». (pp. 15-16).

Depois, neutraliza-se a abordagem infantilizada dos eventos pelo gosto das maiúsculas e pela associação do berço do país ao berço de Jesus, o que insinua a predestinação da nova pátria independente. As aventuras do país-rapazinho são, no fim de contas, as batalhas e a sua aprendizagem escolar significa a reconstrução do território devastado pela guerra:

«[...] desenhar o nosso mapa na própria terra, com o tira-linhas das lanças, e [...] pintá-lo a cores com as signas e os balsões, marcando pontinhos negros nas fronteiras e erguendo bandeirinhas vistosas nas cidades e nos castelos. Tinham de estudar corografia ao natural.» (p. 26).

Apesar da propensão eufemizante e diminutiva do discurso, o leitor infantil do texto é confrontado com a grandeza dos sonhos colectivos e da atmosfera bélica.

Mesmo as ilustrações, que abrem os capítulos, põem em evidência o herói individual e as cenas de violência cavaleiresca. Paremos na ilustração do capítulo 2 (cf. ilustr.1): ela mostra-nos um cavaleiro cristão, sozinho, a desbaratar uma turba de árabes, desprestigiados porque se encontram a pé e não têm rosto, e duas destas figuras que se imobilizam para admirar a bravura do inimigo cristão. Já no capítulo 4, temos uma falange cristã entusiasmada que,

perto da torre de assalto, tenta conquistar um castelo bem fortificado, muito parecido com o de Lisboa. Se confrontarmos a orientação belicista e veneratória destes dois desenhos com a ilustração de Teresa Dias Coelho que seleccionámos de *A espada do rei Afonso* (cf. ilustr. 2), são evidentes as diferenças na figuração da personalidade histórica, a par do que se passa no texto escrito.

O afastamento definitivo das dimensões liliputianas termina logo que Afonso Henriques se destaca da metáfora geral do país-menino. Prova de que existe uma fusão metafórica entre as duas entidades, encontramos-a no sentido de uma juventude comum: «[o moço país] Tratou, primeiro, de assegurar a sua absoluta liberdade em S. Mamede, em Cerneja, em Valdevez. E, depois, partiu contra os infiéis empurrando-os para o mar, como se fosse um autêntico traga-mouros.» (p. 16).

A narrativa individualiza o herói épico, exteriorizado, que vale pelos actos heróicos e faz coincidir o seu potencial humano com o projecto colectivo que dirige. Não deixa de ser sintomática a associação intertextual com o substracto estilístico de *Os Lusíadas*, na seguinte exaltação do herói: «D. Afonso Henriques, com os seus barões assinalados e a sua valorosa peonagem, soube arrancar do velho solo peninsular a semente que lançou à terra em Guimarães.» (p. 12) (itálico nosso). Só neste passo se vê o quanto Eduardo Lourenço (1988: 20-22) é pertinente, quando se refere à contribuição da épica camoniana para a ficcionalização da portugalidade e dos mitos a ela subjacentes, e para a formulação de um dicionário colectivo do ser nacional de que as expressões em itálico são parte integrante.

Embora assumida uma imagem individualizada, o herói régio é demasiado coesivo para poder encarnar qualquer contradição interna. O caso da traição de Afonso Henriques ao seu suserano, o rei de Leão, obedece a versão convencional, narrada na épica camoniana (cf. canto III, 35-40): a leviandade de Afonso Henriques é compensada quer pela lealdade de uma personagem secundária, Egas Moniz, que ofereceu a sua vida e a

dos seus ao rei ultrajado, quer pelo interesse da pátria nascente. contra toda a «submissão a um estrangeiro» (p. 20).

Por outro lado, o acto fundador do país exige a exclusão maniqueísta do *outro*, «sempre de costas voltadas para as Espanhas» (p. 26) e contra o inimigo árabe que só é definido pela diferença religiosa pejorativa («os infiéis»). O *outro* nunca é reconhecido na sua humanidade. Muito pelo contrário. Ele é, antes, o alvo da cruzada santa (uma «corrida» com «brinquedos de guerra») que justifica a origem da pátria, eleita para a missão messiânica, na Batalha de Ourique. As expressões modalizadas de dúvida quanto à autenticidade do milagre não bloqueiam a valoração excepcional do evento (9): «Dizem que Nosso Senhor apareceu em Ourique aos Portugueses. É possível que não. O que é certo é que Portugal apareceu, então, a Cristo. E foi esse, talvez, o verdadeiro milagre de Ourique.» (p. 16) (itálicos nossos).

O tom monológico e assertivo sobre o heroísmo fundador exclui qualquer diálogo ou outra forma de integração romanesca dos acontecimentos históricos narrados. Uma tão grande propensão evocatória vem corroborar a construção de um modelo de realidade ideologicamente coerente no seio ao qual os heróis assumem gestos hieráticos. Não nos esqueçamos que o mundo épico tem a marca de veneração intocável, correlata da remissão inabalável a um espaço-tempo remoto:

«Le monde épique du passé absolu [...] est inaccessible à l'expérience personnelle, et n'admet point d'opinions et jugements individuels. [...] II n'existe que comme sacré et péremptoire, impliquant une appréciation de portée universelle et commandant une attitude révérencieuse[...]» (Bakhtine, 1978: 452).

3.2 A lição do passado glorioso e a salvação nacionalista

Adolfo Simões Müller associa a cada momento histórico um valor exemplar, expondo os propósitos

perlocutórios da enunciação, pró-prios de um género discursivo autoritário. Esta «lição que todos têm de respeitar e admirar» (prefácio, p. 8) nunca perde de vista o registo afectivo e afectado para captar os jovens leitores. O apelo à identificação alienante atinge um paternalismo caricatural, quando incita: «[...] admirem-se [...] porque esta conquista do território é, na verdade, para fazer abrir as bocas de espanto num oooooo muito grande e muito redondinho[...]» (p. 26).

A criança-leitora funciona como um *homúnculo* limitado que explica os inúmeros eufemismos e diminutivos desde o título, *Historiazinha de Portugal*. No entanto, a estratégia retórica em presença não diminui nada a distância em relação ao passado superlativo, venerado, com fervor respeitoso, pelo *aedo narrativo* e seu auditório. Ao considerarmos um pequeno excerto do prefácio da 1.ª ed. (que desaparece na 4.ª ed., 1961), ajuizamos melhor a razão próxima do diminutivo escolhido para o título:

«O que importa, sobretudo é compreendê-la [à História de Portugal] bem. Poder tratá-la por tu [...] Senti-la tão grande que, para a definir, haja apenas um 'aumentativo', igual ao de 'mãezinha': *Historiazinha de Portugal*.» (p. 7)

A nostalgia afectiva dos gestos marciais e a familiarização, afinal aparente, com a fundação conquistadora do território constituíram, por sinal, autênticos *topoi* nos manuais únicos da escola primária onde eram veiculadas as virtudes morais e patrióticas da nação. Eis apenas um exemplo ilustrativo do *Livro de Leitura da 3.ª classe*:

«É a nossa Pátria todo o território sagrado que D. Afonso Henriques começou a talhar para a Nação Portuguesa, que tantos heróis defenderam com o seu sangue ou alargaram com o sacrifício das suas vidas. [...] A Pátria é a mãe de nós todos — os que já se foram, os que vivemos e os que depois de nós hão-de vir.» (10).

Próxima do pensamento arcaico que ritualiza o tempo mítico das origens, *Historiazinha de Portugal* desenha um tempo histórico drenado pelo providencialismo nacionalista, com escassez intencional de informação cronológica. Notemos, de passagem,

que, até à 3.ª ed. do livro (1957), existiu uma cronologia final para sintetizar «a grande estampa, maravilhosa e colorida, que é a História de Portugal» (p. 167). As omissões eram muitas, em especial as referentes aos períodos e figuras do *caos desnacionalizador*, como a República ou o Marquês de Pombal: abria com a Batalha de Ourique (1139) e rematava com as comemorações do Duplo Centenário (1940) e o exemplo de ressurreição do salazarismo, sendo essa aliás a única referência directa ao regime naquela edição. Ainda que privada da cronologia, a versão de 1983 sobrevaloriza ainda o regresso às fontes primeiras como caução necessária da *identidade pura* no futuro, que deverá ser uma nova idade de ouro.

À saga iniciada no século XII («sol deslumbrante das conquistas», p. 103) sucede a confirmação nas épocas subsequentes, nomeadamente no presente em que devem participar os contemporâneos da narração (cf. pronomes pessoais «nós»): «Estas lições de lealdade foram-se repetindo através dos séculos, até aos nossos dias. Acrescentemos-lhes novos exemplos, ao cumprir sempre a nossa palavra de honra.» (p. 21). O convite ao épico culmina, então, no úl-

timo capítulo, quando os leitores são incitados a escrever, também eles, «páginas de heroísmo» e a assinar o nome como compromisso de que a história continuará: só assim, o leitor presente poderá ser evocado pelas crianças dos séculos ulteriores. Engendra-se, de antemão, a futura memória do passado para que nada nem ninguém quebre o círculo vicioso da heroicidade primeira.

Historiazinha de Portugal instaura, na realidade, um *discurso de salvação* que faz corresponder ao rei fundador a força adolescente da cruz e da espada, depois confirmada na «dilação da Fé e do Império», durante as Descobertas. Do rei fundador saíu a luz redentora para as idades heróicas que se lhe seguiram, com a Restauração à cabeça, exaltada em três capítulos do livro (caps. 20, 22 e 23). Numa óptica macro-estrutural, este discurso histórico resulta de um determinismo teleológico que não anda longe da tipologia bíblica (11), e visa assegurar a coerência inquestionável das diversas parcelas narrativas.

A metáfora do livro trans-histórico é explorada inúmeras vezes nesta narrativa e confirma a confiança num processo histórico unidireccional, observado em retrospectiva. Deste modo se nutre a promessa da Nação Portu-

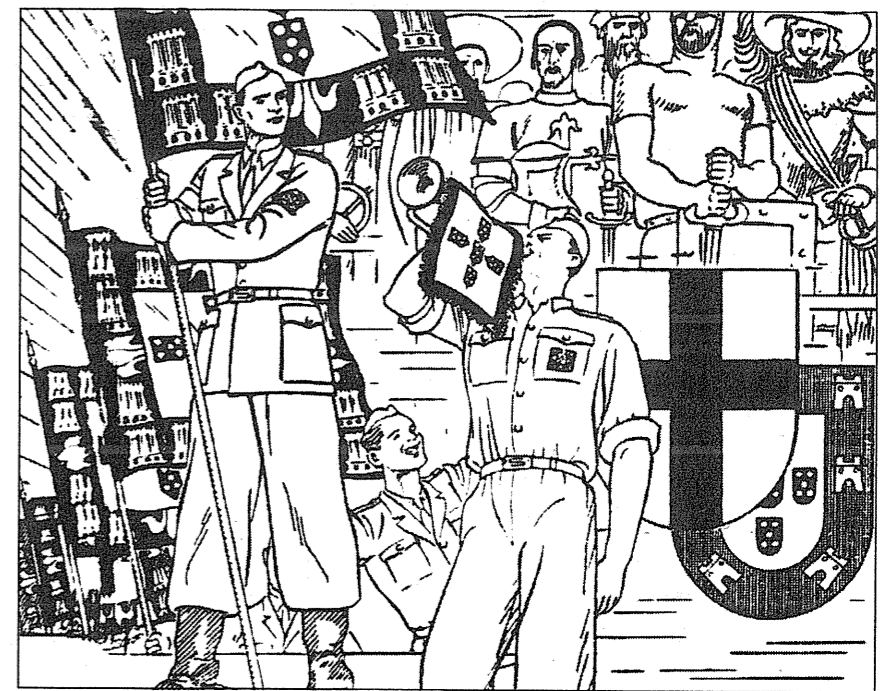


Ilustração 3 (Emmérico Nunes) *Historiazinha de Portugal*, 1943, p. 163

guesa que Eduardo Lourenço vê como «a nossa intrínseca e gloriosa ficção» (1988: 20), a nossa esperança colectiva no facto de termos sido grandes. Nada mais claro do que a seguinte observação do narrador de *Historiazinha*:

«O que mais nos espanta na nossa História é que ela parece uma história ao contrário, de pernas para o ar: Primeiro escrita e depois vivida. A gente ia quase a apostar que houve ali ensaio geral... Ah! Isso houve! Cada cavaleiro, cada navegador, ou cada rei, sabe na ponta da língua o papel que lhe compete desempenhar na grande peça [...]» (pp. 45-46).

3.3 Historiazinha de Portugal ou o esforço de sobrevivência de uma história-doutrina

Não erraremos muito se qualificarmos a *Historiazinha de Portugal* de 1983 como um corpo textual em movimento na história: um texto cicatrizado pelas revisões sucessivas, ao longo de quatro décadas, e que indiciam, mais ou menos claramente, as mudanças na sociedade portuguesa e no público (infantil) visado. Em



Ilustração 4 (Emérico Nunes) *Historiazinha de Portugal*, 1943, p. 157

todo o caso, é no decurso do período pós-revolucionário que a obra sofre as verdadeiras mudanças, em contraste evidente com a relativa estabilidade textual das edições publicadas durante os consulados salazarista e marcelista.

Ao lado destes dados textuais, é igualmente relevante a intervenção do autor no universo literário português: a nomeada de Simões Müller nos anos 80, já em fim de carreira literária, foi reforçada, em 1982, pelo «Prémio da Fundação Calouste Gulbenkian» que enalteceu uma longa e meritória acção no quadro da literatura e da imprensa infantil⁽¹²⁾. O contexto histórico parece obrigar, entretanto, a um certo esquecimento dos seus livros nacionalistas, como se pode verificar, por exemplo, no «Dossier Adolfo Simões Müller», organizado pelo jornal literário português, *Letras & Letras* (05-8-1989), com várias declarações de estudiosos e escritores de literatura infanto-juvenil, entre elas a de Alice Vieira.

Fazer aqui um cotejo extensivo de todas as edições da obra não teria muito sentido, mas importa associar brevemente a edição de 1983 a primeira (1943), a dos tempos da exacerbação nacionalista, conservadora e anti-liberal: com todas as va-

riações textuais que as separam, a celebração do *ontem* serve, em ambas, para estimular a alma colectiva com as grandes certezas, proclamadas por Salazar nos seus discursos. Nessa medida, só a longevidade do regime político, de que Simões Müller também foi funcionário, explica a manutenção destes paradigmas e fórmulas — nomeadamente na narrativa histórica e biográfica — que não eram exclusivos dos autores pró-salazaristas e que, pelo contrário, encontram a sua formulação explícita no virar do século e na vigência da I República (cf. Matos, 1990).

As actualizações históricas incorporadas na edição de 1983 operam uma descentragem do tempo cíclico que sustentava, até então, a essência da narrativa: o tempo da restauração das raízes já não pode corresponder ao Estado Corporativo, ideia defendida na edição de 1943, e seguintes. A ligação cíclica era óbvia na ilustração final do livro, a abrir o capítulo XXXI: é a apoteose comemorativa dos jovens fardados pela organização paramilitar da Mocidade Portuguesa (cf. ilustr. 3) que são sancionados pelo ascendente dos heróis passados, alinhados num plano recuado. E, no meio dos heróis ancestrais, sobressai um Afonso Henriques hercúleo que enverga os signos guerreiros maiores, a espada e a armadura.

A presentificação da glória fundadora, que este último desenho figura magistralmente, é ainda mais directa e pessoalizada em diverso material da propaganda salazarista. Destacamos, por curiosidade, um postal dos anos 30-40 (cf. ilustr. 5) que representa Afonso Henriques, mas cuja cabeça é substituída pela de Salazar. As duas personalidades históricas fundem-se numa só, em prol de uma pretensa unidade indissolúvel da história pátria.

Entre outros ajustamentos gráficos, a referida ilustração desaparece na 5.ª edição (1970), coincidindo historicamente com a desvalorização da Mocidade Portuguesa, durante a *Primavera Marcelista*. Porém, a orientação de esperança redentora é mantida na edição de 1983, no novo capítulo intitulado «Os Nossos Dias» (cap. 31). O autor procede, nesse ca-

pítulo, a uma pequena contextualização histórica que chega à contemporaneidade e à esfera internacional (caso da II Grande Guerra). A ilustração do capítulo sinaliza de imediato a actualização pretendida, já privada de uma conotação militarista. Ainda assim, ela não inclui qualquer figura feminina⁽¹³⁾ e insiste na consagração da bandeira nacional, numa atitude muito efusiva (cf. ilustr. 4).

Não é só o modelo masculino e venerador da pátria que se mantém em pleno. O novo capítulo alude a Salazar, despenalizado nos seus «erros» face à sua «realização grandiosa» (p. 158), pelo que surge a enorme dificuldade de integrar/interpretar o passado recente. O pós-1974 significa, sobretudo, a perda das colónias africanas, onde Portugal exercia uma «domínio civilizador» (p. 158). De forma hesitante, Simões Müller tenta agora inscrever o 25 de Abril na missão ucrónica da nação. O imperativo (que sublinhamos em itálico) traduz esse esforço de uma leitura pacificadora dos acontecimentos perturbadores: «E guardemos no coração a esperança de que Portugal de amanhã, que hoje se procura construir, será em tudo digno do seu passado e das mais altas e puras esperanças dos seus melhores filhos» (p. 159). Curiosamente, o capítulo termina com o motivo icónico do castelo embandeirado, que, antes, em 1943, fechava o capítulo I, «Portugal Menino». Os dois tempos, a fundação e o presente, podem unir-se de novo.

Sem querermos ser deterministas, parece-nos inequívoco que, para sobreviver à ruptura institucional e mental do 25 de Abril, *Historiazinha de Portugal* absorve alguns valores novos, em particular, a importância do povo e da história universal. Mesmo assim, a obra não muda de tal modo que anule a sua medula doutrinária, conservadora e imperial, já descrita no nosso ponto 3.2. Interessa, por isso, observar as implicações dos ajustamentos e alterações textuais na última edição.

Em primeiro lugar, a enunciação sublinha o princípio da colectividade e faz retrair o peso do motivo guerreiro, embora contrarie em abso-

luto a concepção histórica dos movimentos sociais e da sua confrontação dialéctica. Esse é, por seu turno, o alicerce ideológico da ficção histórica de Alice Vieira. Na edição de 1983, de *Historiazinha de Portugal*, Afonso Henriques já não age sozinho e é acompanhado pelos «barões assinalados e a sua valorosa peonagem» (p. 12), numa remissão intertextual à fórmula camoniana. Quanto ao epílogo, a história portuguesa ganha até novos intervenientes: os «homens simples do povo» que não são meros «humildes», termo típico do discurso aristocratizante e exclusivista das edições anteriores a 1974. Mas, pouco depois, o autor elogia, num tom muito sentimental, a harmonia hierárquica das classes, reunidas à volta da pátria soberana e corporativa:

«[...] a História também foi escrita por estes [pelos simples homens do povo], nas batalhas, nas aventuras do mar — ai quantos lá morreram! —, na edificação dos castelos, vilas e mosteiros, na distribuição das leis, no desenho da própria figura da Pátria. Foram todos eles, os grandes e os anónimos, os tais mestrais, que tornaram possível este conto que excede afinal os contos das 'Mil e Uma Noites'» (pp. 163-164).

Em segundo lugar, *Historiazinha de Portugal* abre-se ligeiramente à história dos povos estrangeiros (no prefácio), ainda que lida em «páginas de heroísmo, de beleza, de serviços prestados à civilização» (p. 7). Como senão bastasse o requisito heróico, a história nacional é perspectivada no seu contributo para a «glória do mundo» e perdura a valorização hiperbólica e isolacionista de Portugal, conforme o sentido passadista das edições anteriores ao 25 de Abril⁽¹⁴⁾.

Se a descrição da infância medieval de Portugal não obsta à enumeração dos povos que viveram no nosso território, Afonso Henriques é o grande semeador do País, sem antecedentes de destaque, nem mesmo Viriato. É pela acção do rei que cresceu a «sementezinha» do País,



Ilustração 5

definido em crescendo como uma «árvore gigantesca, com raízes presas na Europa e que, estendendo os seus ramos sobre o mundo, viria a florir em belas e esperançosas nações.» (p. 12) (itálico nosso).

A imagem tópica da árvore anula, mais uma vez, toda a familiarização com o passado vislumbrada no diminutivo «sementezinha». Todavia, as potencialidades da imagem são intensificadas, nesta versão de 1983, com a última oração agora acrescentada, em que a minúcia retórica revela até que ponto o rearranjo discursivo denuncia uma concepção retocada do imperialismo abençoado de Portugal.

De facto, o expansionismo dá lugar, na era da Descolonização, a novas nações, euforicamente nomeadas como «belas e esperançosas». O que seria uma derrota, do ponto de vista colonialista, transforma-se numa vitória. Está, portanto, subjacente a criação do mundo lusófono, onde Portugal assume um papel de comando. A figura marcante da árvore vem confirmar a vitalidade ascensional da Nação Portuguesa na qual todas as idades estão em comunicação e ma-

nifestam, em cada *estação*, a inestimável capacidade de regeneração cíclica, sempre religada às raízes medievais.

4. Comentários finais...

Bem longe da *inocência adâmica*; erradamente atribuída à literatura infanto-juvenil, a narrativa histórica publicada em Portugal nos anos 80 participa, de pleno direito, na reconversão pluralista da consciência nacional, no que toca às instituições e aos instrumentos de identificação e legitimação do país e da sua cultura.

Neste corte sincrónico, *A espada do rei Afonso* e a reedição revista de *Historiazinha de Portugal*, em especial nos primeiros capítulos, elegem a memória do século XII e reinventam, a seu modo, a «metalinguagem [de imagens e mitos colectivos] onde todos os nossos discursos se inscrevem» (Lourenço, 1988: 71). Eleito entre os instrumentos do metacódigo patriótico português, o herói Afonso

Henriques apresenta duas configurações divergentes e a sua pertinência reside precisamente no facto de estarem ao serviço de legitimações culturais opostas que não se explicam, por isso mesmo, com um mero conflito de gerações entre os dois autores.

Alice Vieira opta pela secularização demótica e historicizada do passado e pelo prazer da leitura. Um herói-comunidade ofusca em parte o monarca, que, sendo a figura do poder, está longe de uma distinção lendária. Daí que *A espada do rei Afonso* apresente um discurso de empenhamento e de projecto futuro para Portugal em que poderão participar os jovens leitores, sem uma motivação alienante. No outro pólo ideológico, situaremos a opção épica de Simões Müller que engrandece o *egrégio gigante real*, entre as *brumas da memória*. Unicamente a Afonso Henriques é imputada a fundação nacional, saída *ex nihilo* e impulsivada pela vocação predestinada do pequeno canto do Ocidente europeu. É dessa seiva ideológica tão diver-

gente que se sustentam duas formas estruturantes de imaginar e construir os homens e os Portugueses, em especial, no quadro geral do movimento histórico.

Ainda neste sentido, seria muito interessante alargar a nossa análise textual a um estudo empírico, ao âmbito da recepção e da sociologia da leitura. Tal trabalho mostraria certamente a correlação de forças e a função dos dois pólos da narrativa histórica com que lidámos, no interior do sistema literário portu-guês e contemporâneo, mais vasto e complexo. Saliente-se que, em termos de vendas editoriais, a proposta da viagem divertida ao passado parece ter ganho terreno, em sintonia com a notoriedade do novo romance histórico, protagonizado por José Saramago, entre outros autores.

Ao mesmo tempo, não deixa de ser sintomático que a nossa literatura para crianças viva ainda de reedições de obras antigas (Rocha, 1992: 128), talvez com vista a salvaguardar modelos conservadores, em risco de

extinção, embora com eco considerável na sociedade portuguesa. No caso de *Historiazinha de Portugal*, a ausência de reedições posteriores a 1983 foi como que compensada pelo êxito de novas obras conservadoras, que insistem não só no modelo não-romanesco, mas também nos quadros gloriosos da nossa história⁽¹⁵⁾.

Em resumo, conhecer as contradições do sistema literário infanto-juvenil português e avaliar, dentro dele, a participação social e a configuração ideológica da narrativa histórica são um meio valioso de reflectir e, porque não, de comemorar a liberalização dos discursos e imagens sobre Portugal que o 25 de Abril viabilizou e nos ofereceu. ▽

Notas:

(1) Motivo central do discurso mítico, estudado por Mircea Eliade em *De Zalmoxis à Gengis Khan* (1970), o herói fundador tem, no universo português, um segundo candidato, associado, é certo, ao momento pré-nacional: o pastor Viriato, chefe do povo lusitano que comandou a resistência aos Romanos (sec. II a.C.) e que se afirmou, a partir do século XV, como prova ancestral do nosso espírito de independência. (cf. José Manuel Garcia, «Viriato: uma realidade entre o mito e a história» in *Prelo*, 1985, 9, pp. 59-70).

(2) A consciência e o vínculo às imagens e ritos históricos, veiculados pela memória nacional, tem merecido grande atenção da historiografia mais recente, nomeadamente a de origem francesa, na qual se destaca a obra que Pierre Nora dirigiu, *Les lieux de mémoire*, Paris, Gallimard, 1984-1986.

(3) Seguimos, neste trabalho, Alice Vieira, *A espada do rei Afonso*, ilustr. Teresa Dias Coelho, Lisboa, Caminho, 1981, 196 pgs.; e Adolfo Simões Müller, *Historiazinha de Portugal*, ilustr. Emmérico Nunes, 6.ª ed. rev., Porto, Histórias de Sempre/Figueirinhas, 1983, 165 pgs. Por vezes, citaremos a 1.ª ed. (Lisboa, SPN, 1943) e a 3.ª ed. (Porto, Livr. Tavares Martins, 1957) da *Historiazinha*. Importa sublinhar ainda que as ilustrações escolhidas são referidas no nosso texto com a numeração de 1 a 4, juntando-se-lhes a ilustração 5, que é um postal de propaganda dos anos 30-40.

(4) Jornalista de profissão, Alice Vieira ganha, em 1975, o «Prémio de Literatura Infantil — Ano Internacional da Criança», da Editorial Caminho, com

Rosa, minha irmã Rosa. Em 1983, é distinguida pelo seu livro *Este rei que eu escolhi*, com o «Prémio Gulbenkian de melhor texto do biénio 1982-83», instituição que, no ano anterior, tinha atribuído o «Grande Prémio Gulbenkian de Literatura para Crianças» a Simões Müller (*ex-aequo* com José Lemos).

(5) «Instruções destinadas às publicações de literatura para crianças», in *Diário de Notícias*, 13-9-1950, pp. 1 e 4. O controlo institucional sobre a literatura infanto-juvenil encontra a sua melhor demonstração na actividade editorial do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), depois SNI, sobretudo nas décadas de 30 a 50. Em 1950, a Comissão de Censura faz publicar as tais «Instruções» que estabelecem o modelo conveniente de literatura: ela devia disciplinar toda a «excitação imoderada» e a contradição das regras sociais, nomeadamente com a apresentação de exemplos históricos. Somentente a narrativa histórica estava autorizada a mostrar cenas violentas, com vista a demonstrar a «verdade histórica».

(6) «Fazer sentir às crianças que este país é a sua casa» in *o diário*, 23-6-1985, p. 6. Observemos também uma sondagem publicada em 1984 que pretendia mostrar a opinião dos Portugueses sobre a história e os heróis nacionais: 48,5% dos inquiridos consideraram Afonso Henriques como a figura histórica mais importante pela sua bravura guerreira e vontade de constituir uma nação independente. «O que pensam os Portugueses da sua História?» in *JL*, 03-7-1984, pp. 2-3.

(7) Para enriquecer o concerto das vozes da comunidade nascente, a narradora *assimila* vários textos medievais (canções, arremedilhos, etc.). No cap. 6, adultera uma fonte histórica, com um pendur humanista e anacrónico: «De Expugnatio Lyxbonensis», escrito em latim por Osberno, cruzado inglês que participou na expedição de 1147 para conquistar Lisboa.

(8) A data de publicação de *Historiazinha* insere a obra numa *era nacionalizante* de que 1940 foi um expoente máximo com um conjunto de iniciativas oficiais e propagandísticas: a inauguração, em Coimbra, do «Portugal dos Pequeninos»; e, em Lisboa, a «Grande Exposição Histórica do Mundo Português», *mise-en-scène* monumental que celebrou os 800 anos da Fundação e os 300 anos da Restauração de 1640. São apenas duas iniciativas da chamada «Política do Espírito», de António Ferro, pelas quais se torna patente a manipulação glorificadora do passado ao serviço do presente ditatorial, gesto que a obra de Simões Müller repete tanto no texto escrito como nas ilustrações.

(9) A dúvida do narrador sobre a

veracidade total do milagre de Ourique demonstra o efeito corrosivo da contravérsia — em que Alexandre Herculano participou tenazmente, entre 1846 e 1857 — sobre aquele episódio sacralizador do poder político, consagrado desde o séc. XV. Em todo o caso, tal como defende Ana Isabel Buescu (1993: 31-37), o fascínio deste evento legitimador, mais poderoso do que a Batalha de S. Mamede porque ensombrada pelo conflito com D. Teresa, alimenta o sagrado na fundação da nacionalidade, e sobreviveu para lá da polémica Oitocentista. O discurso de Simões Müller é mais uma demonstração desse facto.

(10) Ministério da Educação Nacional, *Livro de Leitura da 3.ª classe*, 4.ª ed., 1958, pp. 5-6.

(11) A retórica tipológica parece estar presente na *bíblia patriótica*, de Simões Müller, na medida em que, em cada momento histórico, há uma leitura de ligação histórica e coerência lógica. Não é de admirar que todos os eventos eufóricos, em especial a Restauração e o Estado Novo, sejam comparados à fundação da nacionalidade. Sem nos alongarmos muito, lembremos somente que a tipologia sustenta estruturalmente a Bíblia, ao unir dois pólos temporais distanciados, marcados como o tipo e o antitipo. Daí nasce a dependência material das duas partes da Escritura e a unidade prospectiva da *promessa* (Adão, por exemplo) ao *cumprimento* (Cristo). Cf. Northrop Frye, *The great code. The Bible and literature*, Harcourt Brace-Jovanovich Publishers, 1982.

(12) Durante mais de meio século, Simões Müller publicou dezenas de livros para crianças, sendo o primeiro *Meu Portugal, meu gigante* (1931), a que se seguiram, por exemplo, muitas adaptações e biografias. A sua actividade foi muito importante na área da imprensa infanto-juvenil. Fundou e dirigiu inúmeras revistas e jornais como *O papagaio*, *Zorro* e *O cavaleiro andante*, que chegou a ter 40 000 exemplares de tiragem. Destacou-se também, desde o final dos anos 30, pela divulgação da banda desenhada e de um dos seus heróis mais famosos: Tintin, de Hergé.

(13) Ao contrário de *A espada do rei Afonso*, onde *habitam* uma narradora e várias heroínas e, em projecção, um leitor virtual sem restrições sexuais, a obra de Simões Müller recria um mundo de referências tradicionalmente atribuídas ao sexo masculino com as quais se deveriam formar os *bons cidadãos*. O contraste é notório no que concerne à ilustração, que cabe respectivamente a Teresa Dias Coelho e a Emmérico Nunes. A edição de 1983 da *Historiazinha* faz, todavia, uma

inquietante
uma página certa
da educação...
a página
nas bancas na 2ª quinta feira de cada mês



▲ ISTO É • PORTO

adição textual no epílogo, quando o narrador compara a continuação da história a um grupo de «meninos e meninas fazendo uma roda» (p. 164). O pormenor tem, com certeza, uma correlação lógica com a transformação sociomental do nosso país e, em especial, no ensino que, depois do 25 de Abril, perdeu os traços sexistas e elitistas, alargando o tipo de leitores infanto-juvenis.

(14) Ao falarmos do passadismo e do isolacionismo da *Historiazinha*, é impossível não aludir a outra cláusula das «Instruções» de 1950: «Parece desejável que as crianças portuguesas sejam cultivadas, não como cidadãos do Mundo, em preparação, mas como crianças portuguesas que mais tarde já não serão crianças, mas continuarão a ser Portugueses.» (p. 4).

(15) A edição de *Historiazinha de Portugal* (1983, 3 000 exemplares) esgotou-se mas encontrou, pouco depois, um descendente ideológico, *A minha primeira História de Portugal* (Verbo, 1984; 4.ª ed., 1991), de Couto Viana. Devemos ainda referir as propostas de conciliação entre o louvor do herói exemplar e a abertura à perspectiva humanizante, na banda desenhada de A. Carmo Reis (Asa) ou na narrativa de Natércia Rocha, *O menino de Guimarães* (Edinter, 1991). Quanto ao livro de Alice Vieira, já atingiu a 7.ª ed. (1991), contando com um total de 39 000 exemplares, desde 1981. O modelo humanizador da *viagem na máquina do tempo* tem sido explorado por uma dupla de autoras, Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada, na colecção «Viagens no Tempo», editada pela Caminho, com um êxito retumbante de vendas. Entre os volumes da colecção, as autoras dedicaram um ao período da fundação, embora pouco centrado na figura do rei: *Uma viagem ao tempo dos castelos* (1985; 5.ª ed., 1992).

Referências bibliográficas:

BAKHTINE, M. (1978), «Récit épique et roman», in *Esthétique et théorie du roman*, Paris, Gallimard, pp. 439-473.

BÍVAR, M.ª Fátima (1975), *Ensino primário e ideologia*, 2.ª ed., Lisboa, *Sera Nova*.

BOURDIEU, Pierre (1983), «The field of cultural production, or the economic world reversed» in, *Poetics*, North-Holland, 12, pp. 311-356.

BUESCU, Ana Isabel (1993), «Vínculos da memória: Ourique e a fundação

do reino», in Yvette K. Centeno [coord.], *Portugal: mitos revisitados*, Lisboa, Eds. Salamandra, pp. 9-50.

COHEN, Anthony (1993), «Culture as identity: an anthropologist's view», in *New literary history*, Univ. of Virginia, 24, pp. 195-209.

COHN, Dorrit (1981), *La transparence intérieure. Modes de représentation de la vie psychique dans le roman*, trad. Alain Bony, Paris, Seuil.

CORREIA, Natividade (1984), «A História nos livros para crianças — de 1960 até aos nossos dias», in *o diário*, Lisboa, 16-12, pp. 8-11.

ELIADE, Mircea (1970), *De Zalmoxis à Gengis Khan*, Paris, Payot.

GUILLÉN, Claudio (1978), «Cambio literario y multiple duración», in A. Carreira (ed.), *Homenaje a Julio Caro Baroja*, Madrid, Centro de Inv. Sociológicas, pp. 533-549.

HUNT, Peter [ed.] (1992), *Literature for children. Contemporary criticism*, London — New York, Routledge.

Letras & Letras (1989), Porto, 20-5-08 [Dossier Adolfo Simões Müller, pp. 7-14].

LOTMAN, Yuri, Uspensky, B. A. (1978), «On the semiotic mechanisms of culture» [1971], in *New literary history*, Univ. of Virginia, pp. 211-232.

LOURENÇO, Eduardo (1988), *O labirinto da saudade. Psicanálise mítica do destino português*, 3.ª ed., Lisboa, Dom Quixote.

MATOS, Sérgio Campos (1990), *História. Imaginário nacional. A História no curso dos liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte.

NUNES, João Paulo Avelãs (1993), «Ideologia e História no Estado Novo (1933-1949)», in *Vértice*, Lisboa, 56, Set.-Out., pp. 13-23.

Prelo, (1985), Lisboa, INCM, 9, Out.-Dez. [«Nação/Nacionalismo»].

RIGNEY, Ann (1990), *The rhetoric of historical representation. Three narratives histories of the French Revolution*, Cambridge University Press.

ROCHA, Natércia (1992), *Breve história da literatura para crianças em Portugal*, 2.ª ed., Lisboa, Biblioteca Breve, ICLP.

SHAVIT, Zohar (1986), *Poetics of children's literature*, Athens, Univ. of Georgia Press.

STEPHENS, John (1992), *Language and ideology in children's fiction*, London — New York, Longman.

TORGAL, Luís Reis (1989), *História e ideologia*, Coimbra, Minerva.

VIEIRA, Alice (1985), «Fazer sentir às crianças que este país é a sua casa» (entrevista), in *o diário*, Lisboa, 23-6, pp. 6-7.

VLASSELAERS, Joris (1993) *Literature and cultural identification», in «Discours social/social Discourse*, volume 5, n.º 4, pp. 31-42.

Outubro, 1994.



Miguel Urbano Rodrigues

Volodia Teitelboim e a aventura humana

Volodia Teitelboim publicou um novo livro: *Huidobro Marcha Infinita* (1). Volodia é um dos grandes escritores da América Latina. Não o favorece na literatura o ter sido ao longo do último meio século uma personalidade ímpar na vida pública do seu país e do continente. Deputado e senador pelo Partido Comunista do Chile, foi membro da sua comissão política; no regresso de um exílio de 16 anos foi eleito secretário-geral do partido e actualmente é o seu presidente. Não se conhece um caso similar de desenvolvimento paralelo e simultâneo no mesmo intelectual de duas vocações tão pouco conciliáveis.

Pagou um elevado preço pela acumulação possível. O alto dirigente político não impôs limites à imaginação e ao estilo do escritor, mas roubou-lhe tempo. A inversa é mais complexa. Porventura a mundividência e as opções estéticas do escritor criaram dificuldades ao político? Nunca coloquei a questão a Volodia, mas numa entrevista a Maria Teresa Cardenas, de *El Mercurio*, ele alude com humor às exigências contraditórias dos seus dois amores: «a política foi a minha mulher legítima e a literatura a minha amante».

A tentativa da explicação de Huidobro teria sido menos polémica se o poeta para o qual as árvores nidificam no arco-íris não fosse um vate maldito e Volodia não houvesse dedicado dois livros a Pablo Neruda e Gabriela Mistral, também chilenos, também poetas, e ambos distinguidos com o Prémio Nobel.

Volodia Teitelboim caminha para os 79 anos. Acumulou uma grande cultura. Tem consciência de que o tempo de criador literário à sua frente é limitado pela lei da vida.

Já decidiu não escrever as suas memórias; prefere continuar a escrever sobre os outros. Não é de estranhar assim que neste livro o leitor seja confrontado alternadamente com duas personagens principais que fazem dele uma obra tão pouco comum como o poeta que a inspira: Huidobro e o próprio Volodia.

Para tornar inteligível em Portugal a reflexão suscitada pela leitura do livro sinto a necessidade de separar minimamente os comentários sobre o biografado e o biógrafo distanciados por abismo, não obstante haverem por um breve momento convergido em batalhas em que o sentido da vida se confundia com a poesia.

Huidobro nunca me atraiu como poeta. Como homem somente o imaginava através das filípicas que lhe dedicou Neruda. O grande Pablo não o suportava como artista nem como gente.

Volodia Teitelboim ao ressuscitar Huidobro conseguiu o inesperado. No final das 300 páginas não senti a tentação de me aventurar na leitura sistematizada da obra de Huidobro, mas a revelação da personagem produziu-me uma sensação próxima do fascínio. Uma reacção estranha que

excluía respeito e admiração literária; um choque prolongado que se diluiu por muitas veredas do pensamento.

Huidobro, precisamente pela sua excepcionalidade, permitiu a Volodia Teitelboim, ao situá-lo na sua *marcha infinita*, iluminar com naturalidade aspectos da condição humana que, apesar de eternos e triviais, são repudiados por incómodos e perturbadores do movimento da vida.

Cervantes advertiu: o Quixote era simultaneamente *cuervo y loco*. Ninguém escapa, afinal, a essa coexistência; a questão está na dose.

Não se infira daí que Huidobro tenha sido uma personalidade quixotesca. Faltava-lhe quase tudo para isso, da pureza à desambição. Dos traços mais marcantes do Quixote eram identificáveis nele apenas o desajustamento do mundo e o sonho de o transformar. Os seus modelos (e os métodos) eram outros e sem pontes a uni-los: iam do Cid, de quem dizia descender, a Ataturk.

Huidobro pertencia à linhagem da mais requintada aristocracia chilena. O pai era o marquês de Casa Real. Quando Vicente nasceu, a mãe, que afirmava ser aparentada com príncipes e grandes de Espanha, profetizou que aquele menino seria um dia não presidente mas rei do Chile.

Criado num enorme palácio, Vicentito deixou transparecer logo na adolescência que se sentia muito distante dos nobres familiares. Nunca usou o título. Aos 20 anos tornou pública a sua ambição: ser o maior poeta da América. Com o tempo aumentou a exigência: antes dos 30